

A memória social sobre o envelhecimento saudável e a mediação da Comunicação

Simone Vaisman Muniz

Que intenções e interesses coexistem com a necessidade da Comunicação em instituições ligadas à biomedicina, tais como farmacêuticas, sociedades, hospitais e clínicas médicas, de produzir discursos que reconstróem os sentidos do bem-estar, qualidade de vida e envelhecimento saudável? Seriam essas mudanças uma possibilidade de construção de uma nova moral e ética de relacionamentos pessoais, que diminua os impactos dos processos de institucionalização? Quem são os agentes envolvidos na luta e nas negociações em torno dessas representações? Essas construções sobre o envelhecimento contribuem para o empoderamento de grupos estigmatizados como as pessoas de idade avançada ou são apenas mecanismos “discursivos”, que camuflam as relações de poder? Essas construções permitem que o poder se reveze nos relacionamentos sociais?

Este artigo está inserido na discussão que começou a partir do referencial teórico sobre as representações como instrumentos de disputas pelo poder e de lutas pela imposição de representações hegemônicas na memória social, tal como nos sugere Pollak (1988, 1992). Consideramos que essas lutas envolvem o conceito de identidade social e escolhemos a obra de Fairclough e de Giddens para refletir sobre esse conceito e sua relação com as sociedades contemporâneas. E examinamos aqui como a divisão do curso de vida por idades cronológicas é cada vez mais um mecanismo que disciplina os corpos, os insere em relações de saber e de poder ligados à produção da auto-identidade, à hegemonia das idéias de projeto e de gerenciamento do “eu”.

De trinta anos para cá, proliferam-se textos na mídia, nas organizações e em outros lugares sobre o idoso ativo, saudável, com potencial de viver plenamente sua vida amorosa, familiar, de desenvolver seu corpo, de crescer profissionalmente. Do idoso “jovem”. Hoje são várias as etapas da velhice, a velhice infantil, jovem, adulta, madura ou a velhice caduca, todas essas sugestões simulam as várias possibilidades de viver o envelhecimento. Ao socializar os discursos sobre o envelhecimento, amplia-se a quantidade de discursos sobre a infância, a juventude, a idade adulta e a velhice.

As transformações discursivas típicas da modernidade tardia podem simular uma espécie de resistência, pois transformam o envelhecimento em um

projeto político libertador. Porém, o que ocorre com essa socialização dos discursos sobre o envelhecimento é a lembrança do curso de vida como instituição e o esquecimento de outras formas de construção do indivíduo, tal como refletiu Debert (1999 e 2003), ao enfatizar que a velhice é uma invenção da modernidade. Nossa hipótese é a de que se lembrarmos que existem vários sentidos possíveis para a divisão da vida em etapas e ainda para o processo de envelhecimento, compreendemos melhor com a questão e a localização dela atual no contexto sócio-histórico.

Acreditamos que, nas várias tentativas de ressignificar o envelhecimento existem lutas por representações sociais que ocorrem subjetivamente, na esfera social e ideológica. Existem tentativas de reafirmar e transformar as identidades sociais e as formas de relacionamento entre elas, como se fosse possível controlá-las. Porém, esses movimentos que aparentam uma constante transformação dos sentidos da velhice estão presos à institucionalização do curso de vida em idades cronológicas. A proliferação de discursos relacionados ao envelhecimento ilustra bem o aumento da institucionalização do curso de vida.

Pensar o curso de vida em etapas, a partir das quais se estabelece direitos e deveres relacionados às diferentes fases da vida, é uma característica das sociedades ocidentais atuais e “está presente na organização do curso produtivo, nas instituições educativas, no mercado de consumo e nas políticas públicas, que cada vez mais têm como alvo grupos etários específicos” (DEBERT, 2003, p.59). O movimento de institucionalização do curso de vida não se restringe à questão da ressignificação da velhice em termos da busca por menos estigma e mais saúde, ele é bem mais amplo. Ao construir novos sentidos para o envelhecer e a velhice, abre-se possibilidades para que os indivíduos de idade avançada reconstruam a auto-identidade como um projeto do “eu”, como a política da vida, nas definições de Giddens.

Programas que transformam o envelhecimento em sinônimo de “idade ativa” ou em uma “nova juventude”, na expressão de alguns deles e modificam as possibilidades de estilos de vida têm sua autoria atribuída aos idosos ou aos saberes que se dizem especialistas na temática. Dessa forma, sugere-se que os saberes sobre o envelhecimento, indiferente de quais sejam, podem também ser usados, de forma controlada, como instrumentos de resistência, de transformação individual e social.

Seria mesmo possível um controle sobre o uso das representações da velhice? Essa lembrança poderia contribuir para trazer à tona informações

sociais que permitam maior comunicação entre aqueles que experimentam os efeitos do envelhecimento ou pretendem experimentá-lo? A polissemia e a polifonia presente nas formas de institucionalização da velhice podem, dependendo do caso, contribuir para aceitar a construção das diferentes formas de gestão do envelhecer?

Para responder estas perguntas, buscamos em Debert (1999) uma possível genealogia da cultura da velhice como um projeto de vida saudável, jovem, bem-vivida. Debert lembra que, em um primeiro momento da modernidade, o processo de envelhecer foi transformado em um tabu, pois era associado à retirada da vida pública, criou-se distinções.

Lembramos que Goffman (1988), já na década de 60 mencionava as informações que desprestigiavam o indivíduo nas relações sociais, o estigmatizavam. Como as marcas de rugas no rosto, por exemplo. Já naquela época Goffman falou dos grupos de ajuda mútua, publicações, livros, manuais de auto-ajuda voltados para grupos estigmatizados, representações públicas eram todos “instrumentos” ou “produtos” que permitiam uma visão intelectualmente elaborada e acessível à maioria das pessoas da perspectiva de grupos estigmatizados, como é o caso dos idosos. A crescente emergência desses produtos relacionados ao envelhecimento na modernidade tardia se tratou, portanto, de um movimento que buscou, desde o início da modernidade, dar novos sentidos ao envelhecimento. Com as informações sociais retrabalhadas, fora possível oferecer outras possibilidades de escolhas de “estilos de vida”, tal como Giddens (2002) tratou. Foram essas algumas das condições que permitiram um associar ao envelhecimento um amplo repertório de representações que podem ser retomadas, ressignificadas e trabalhadas. Assim a velhice foi transformada em objeto de luta simbólica e em projeto de vida.

Outro exemplo: em um comercial de sabonete na televisão, mostrava-se cicatrizes na pele e junto a mensagem de que cada uma dessas marcas continha uma história pode ser contada de uma forma esperançosa, pois cada uma delas conta uma parte da história de vida daquele que a detém. Na sociedade contemporânea, marcas na pele (sejam elas do tempo ou não), se forem recombinadas com outros sentidos, ganham contornos mais elaborados relacionados a trajetória do “eu” e tornam-se parte da construção da auto-identidade. Esses sentidos presentes no comercial da televisão são socializados em situações práticas do dia-a-dia e contribuem para a produção de estilos de vida, de novas formas de identidade e de relacionamento.

O crescimento de produtos relacionados à velhice, de serviços

especializados como geriatria, gerontologia, universidades abertas à terceira idade estão relacionadas a transformações nas sociedades contemporâneas que socializam as discussões sobre o “eu”, relacionando-as a discursos sobre gerenciamento e publicidade. Daí a importância de compreender a tendência contemporânea de representar o “eu” como uma trajetória, um curso, e de como essa hegemonia do “eu” como um projeto se difere de outras representações em sociedades tradicionais.

O CURSO DE VIDA COMO INSTITUIÇÃO DA MODERNIDADE

Segundo Debert (2003), nem toda sociedade divide as etapas da vida em idades cronológicas, como faz a sociedade ocidental contemporânea, que instituem quatro etapas principais - como a infância, a adolescência, a idade adulta e a velhice -, dependentes de um sistema externo para medir o tempo, a partir dos quais são pensados os direitos e deveres do indivíduo. “Relações bastante complexas podem ser resolvidas sem referência à idade cronológica” (FORTES, 1984).

Em algumas sociedades, a vida é periodizada a partir da “idade geracional” dentro da família, ou seja, o status do indivíduo depende principalmente de sua identidade familiar, se é filho ou filha, pai ou mãe, avô ou avó ou outro parente. Nas sociedades tradicionais da cultura ocidental, as etapas da vida eram representadas pelas mudanças nos laços de parentesco ou pelas relações do tempo com a natureza - por exemplo, o ciclo solar, o ciclo lunar, as estações do ano (DEBERT, 2003). Em muitas não existe a noção fechada de “curso de vida” em nossa sociedade centrada no indivíduo, pois a idéia de uma vida após a morte prevalece sobre a cronologia do indivíduo.

Nas sociedades primitivas, (CLASTRES, 1988), que prescindem da mediação do Estado, o indivíduo não é considerado como uma unidade isolada dos outros. Não há relações de poder como conhecemos pois todos sofrem a dor dos rituais de passagem para aprender a não se diferenciar entre outros. O chefe não tem o poder de mando, é simplesmente o representante do discurso que não pertence a ele mas à sociedade. Nessas sociedades, os status e as atribuições do indivíduo são dadas a partir de “níveis de maturidade”, medidos por testes ou rituais de passagem.

A representação hegemônica do curso de vida em idades cronológicas representa uma dimensão fundamental na modernidade. Na modernidade, o conhecimento se encontra separado do poder de instituir (FOUCAULT, 1996) e relacionado às transformações nas práticas sociais. Esses saberes, em vez de

reunidos em um só representante, como no caso do chefe das sociedades primitivas exemplificados por Clastres (*op cit*), são compartimentados em diferentes instituições que se articulam discursivamente.

Foucault diz que a relação entre poder e conhecimento na modernidade é dual. “(...) por um lado, as técnicas de poder são desenvolvidas na base do conhecimento que é gerado, por exemplo, nas ciências sociais, por outro lado, as técnicas são muito relacionadas ao exercício de poder no processo de aquisição do conhecimento” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 75). “Essa concepção de poder sugere que o discurso e a linguagem são de um importância central nos processos sociais da sociedade moderna”. (*id, ibid*, p. 76).

As sociedades ocidentais na modernidade dependem fundamentalmente de conjuntos de práticas sociais e discursivas que atuam como dispositivos e, dessa forma, disciplinam os corpos a partir de relações de poder e de saber.

Apesar dos corpos serem disciplinados, existem possibilidades de resistência, de alternância nas relações de poder, de “empoderamento”. As relações de poder não ocorrem de forma verticalizada, de cima para baixo. O poder não é algo repressivo (FOUCAULT, 1985 e FOUCAULT, 1987), ele perpassa todas as relações sociais, já que todas são desiguais. Os indivíduos se identificam tanto com os dominantes, como com os dominados nas relações de poder. As relações de saber/poder produzem sentidos que posicionam sujeitos sociais e contribuem para legitimar identidades sociais, relações de poder e formas de relacionamento interpessoal, que disciplinam os corpos (FAIRCLOUGH, 2001).

Os conjuntos de integração de forças, de racionalização do poder é o chamado “processo de institucionalização” (COSTA, 1998). Compreendê-lo é fundamental para produzir valores mais condizentes com o contexto sócio-histórico em que se vive, “para que possamos criar instituições que dêem conta de nossa realidade” (*id, ibid*, p. 109).

Apesar de reconhecermos o processo de institucionalização que marca os corpos, não se pode esquecer o conceito de memória social que tomamos como base para este trabalho. Pollak (1988, 1992) afirma que as representações sociais são disputadas durante a produção de sentidos e que as memórias sociais, suporte para essa disputa, se constitui de dois tipos: as hegemônicas e as subterrâneas. As representações sociais têm seus sentidos negociados e disputados nas práticas de produção de sentido, nunca são fixas. Portanto, se existe institucionalização, imposição aos corpos de técnicas que produzem corpos dóceis, há também resistência dos corpos.

A EMERGÊNCIA DE DISCURSOS SOBRE A INTIMIDADE: QUANDO O PESSOAL SE TORNA PÚBLICO

Tal como Fairclough sugeriu, acreditamos que existe, nas sociedades contemporâneas, uma tendência à institucionalização das representações do “eu” como uma trajetória, como um projeto em direção à “colonização do futuro” (Giddens, 2002), à compreensão naturalizada e universalizada da vida como uma trajetória. Ela está marcada nas ações e reações físicas, emocionais e psíquicas, incorporada como lógica da produtividade, do gerenciamento, do *marketing*.

No caso do envelhecimento, em grande parte das construções em que se busca ressignificá-lo, há uma tendência a percebê-lo como etapa, parte do curso da vida (DEBERT, 1999). Quanto mais falamos sobre o envelhecimento, tende-se a reafirmar a vida como etapas de um curso, uma trajetória, mesmo quando a intenção é transformar a informação que marca os corpos e segrega os indivíduos. Um dos efeitos de sentido exemplares dessa tendência é que a sociedade contemporânea tem como uma de suas características a de se voltar para o futuro e de interpretar a vida em direção ao que pode vir a ser. Daí a importância da lembrança de que processos que institucionalizam a vida em idades cronológicas, em um curso, não são algo natural, são contemporâneos.

Desnaturalizar esses processos pode ser ou não uma forma de resistência a eles. O processo de negociação de sentidos ganha cada vez mais atenção seja de estudos acadêmicos, de políticas de assistência social, de publicações do mercado de consumo, a cultura ocupa um lugar central nas lutas sociais atualmente. Os movimentos que buscam ressignificar os efeitos de sentido ligados a grupos estigmatizados percebem também as limitações de suas lutas, pois os efeitos de sentido não são controláveis. São sim presos a referenciais concretos produzidos historicamente, socialmente, sem excluir as dessas condições, as dimensões subjetivas e ideológicas que se fazem presentes nas práticas discursivas.

A tendência à ressignificação e a proliferação de movimentos tentando desnaturalizar os efeitos de sentido ligados à velhice se aproximam ao que Giddens (2002 e 1993) chamou de falta de “sentidos” baseados na confiança. O indivíduo contemporâneo tende a querer produzir novos sentidos para si em uma constante busca por unir a institucionalização e a disciplinarização dos corpos à possibilidade de comunicação emocional, de expressão desses sentimentos relacionados à disciplina interna necessária aos relacionamentos interpessoais.

Hoje são muitos os movimentos sociais que buscam ressignificar discursos relacionados a grupos estigmatizados, como os idosos. A discussão

sobre a humanização está na ordem do dia de grande parte dos hospitais, assim como a preocupação com a “abertura” nas instituições psiquiátricas e com a reforma nas prisões. Proliferam-se textos que falam da esfera íntima da sexualidade e sobre o entretenimento nos asilos, ou que falam sobre novas formas de envelhecer em programas para terceira-idade. São todos exemplos de técnicas discursivas que aproximam os discursos institucionais do curso de vida – a velhice como etapas, ligadas aos vários tempos da infância, da juventude ou da idade adulta – à construção de um projeto do “eu”. Para alguns, tal como o pensamento de Giddens sugere, essa centralidade dada aos discursos sobre a velhice – à cultura da velhice – existe graças a uma necessidade real das pessoas de idade avançada recriarem seus relacionamentos interpessoais. Para Fairclough (2001), a questão dos relacionamentos interpessoais é real porém outra se sobressai. Vivemos uma valorização das tecnologias discursivas que, muitas vezes, apenas produz efeitos de sentido, que buscam seduzir, convencer, mas que não contribuem para transformar as relações de poder instituídas.

Pessoas se utilizam dessa “reflexividade institucional”, tal como disse Giddens (2002), ou seja, dessa transformação dos sentidos nas próprias situações de ação com a intenção de abreviar os impactos provocados pelas diferenças sociais que estigmatizam. Mas o quanto é possível utilizar essa intenção? Em que medida é possível resistir conscientemente?

Projetos que buscam ressignificar os sentidos atribuídos a grupos fazem parte de um luta por um relacionamento mais baseado na “confiança”, termo utilizado por Giddens. Mas também podem significar, tal como Fairclough (2001) sustentou, efeitos de sentido que conferem legitimidade ao “eu” em termos de gerenciamento e de publicização da vida. Ou seja, reforçar a idéia de vida como um projeto, que disciplinariza os corpos dos indivíduos, impõe a eles modos de produzirem a si mesmos segundo uma lógica da produtividade, da publicidade, da administração e do *marketing*.

Para Giddens (2002 e 1993), a reflexividade institucional se prolifera tanto com base no desejo de ampliar o processo de institucionalização, quanto na busca dos “relacionamentos puros”, ou seja, por conta de questionamentos éticos e morais, de projetos políticos. Os relacionamentos puros são aqueles que contam principalmente com o sentimento de confiança e de autonomia (emancipação política) do indivíduo. Eles se tornaram mais evidentes com os movimentos feministas e as transformações nos relacionamentos cotidianos, em que se reivindica relações amorosas mais democráticas, com baseadas em uma divisão de poder mais igualitária, no contato íntimo, no companheirismo e na autonomia

de ambas as partes. A tentativa de igualdade nas relações sociais é uma utopia e está inserida em uma busca pela construção de um *ethos* que englobe uma nova moral e ética de relacionamentos pessoais.

Fairclough concorda com Giddens no que diz respeito à questão da centralidade da auto-identidade como esfera de produção de sentidos e da política do “eu”. Mas, ao mesmo tempo, critica esse excesso de autonomia dado ao “eu”. Não se deve esquecer da desigualdade de poder e das relações de autoridades que não são excluídas quando se fala em autonomização das relações.

Giddens não exclui a questão da desigualdade e dos mecanismos de poder nas práticas sociais de suas reflexões. Ele afirma que o poder é desigual mas a duração dos relacionamentos permite que se possa transferir esse poder nas várias situações de forma a balanceá-lo entre as partes, se contarmos um relacionamento de duração mais longa. O equilíbrio de poder nos relacionamentos puros se trata, portanto, da tentativa de transformar a diferença em um meio de comunicação (Giddens, 1993) que possibilita a manutenção da autonomia. Autonomia significa emancipação do indivíduo na sociedade, relações que permitam a distribuição do poder e a não dependência de ambas as partes uma sobre a outra, ou a dependência de vícios, de compulsões ou de algo do qual o indivíduo ou o grupo se sente prejudicado mas não consegue se livrar. A quantidade de assuntos ligados à esfera do pessoal, como bem-estar, qualidade de vida e o envelhecimento saudável ilustra essa transformação.

ENVELHECIMENTO, INTIMIDADE, MUDANÇAS SOCIAIS E CULTURAIS E A COMUNICAÇÃO

A importância de se pensar os efeitos de sentido que transformam o “eu” em autônomo, assim como outras esferas sociais está no fato de que esse mecanismo emerge sobretudo de série de textos atribuídos à mídia e ao setor de entretenimento e de comunicação.

A Comunicação, em seus vários lugares sociais, é um lugar central no uso das novas tecnologias discursivas. Não é à toa que as organizações se preocupam cada vez mais com o reforço dos departamentos de Comunicação Organizacional. Os textos impressos e o sinal eletrônico têm uma importância singular nas disputas pelas representações sociais e essas lutas, por sua vez, orientam as formas das práticas sociais, como se constroem os relacionamentos sociais entre indivíduos, grupos, organizações.

Giddens (2002, p. 29) diz que “o desenvolvimento e a expansão das instituições modernas está diretamente envolvido com o imenso aumento da

mediação da experiência que os textos impressos e o sinal eletrônico propiciaram”. Assim como a produção de materiais institucionais, como livros, folhetos, cartazes, recursos eletrônicos entre outras mídias ocupam um papel fundamental nos processos de institucionalização.

No caso do envelhecimento, são muitas as organizações que investem na ressignificação da velhice. Os departamentos de Comunicação Organizacional, nesse caso, ajudam a tornar pública questões que é pessoal, a transformar a velhice e o envelhecimento tanto uma parte da construção do “eu”, seja este “eu” relacionado ao saber especializado de grupos, ao modo de viver de indivíduos, ou simplesmente a como cada um se posiciona diante do próprio avanço da idade, para citar alguns exemplos de efeitos de sentido. Eles são construídos reflexivamente por cada uma dessas partes e continuamente reafirmados e transformados nas práticas sociais.

A emergência de discursos sobre o envelhecimento ocorre aproximadamente nos últimos trinta anos (DEBERT, 1999). Práticas de produção de textos orais, impressos, audiovisuais ou eletrônicos se institucionalizam na mídia, na publicidade ou no jornalismo ou ainda dentro dos setores de Comunicação das próprias organizações, em programas voltados para a “terceira-idade”, em publicações como livros, artigos e materiais institucionais do serviço público e privado, como hospitais, universidades, cursos, empresas farmacêuticas, de estética, de saúde, de lazer e turismo, de previdência, asilos entre outros. Além dessas organizações, o meio científico, nas diversas disciplinas das ciências humanas e biomédicas, também passou a se interessar pelo estudo do envelhecimento e a produzir pesquisas sobre o assunto. A geriatria como especialidade médica e a gerontologia, como ciência multidisciplinar, que estuda as políticas sociais no envelhecimento, se institucionalizaram como saberes acadêmicos.

Cada material é uma pequena contribuição a um vasto e contínuo fluxo de textos técnicos e populares sobre o tema das relações e das formas de envelhecer. Ao tomar como objeto o envelhecimento, eles tratam diretamente as relações pessoais, a esfera íntima em grande parte das vezes.

Paralelamente às mudanças discursivas, novos movimentos, nas áreas de educação, direito e medicina, por exemplo, oferecem ao idoso espaços de socialização e de reflexão sobre a própria velhice. Transforma-se leis relacionadas à assistência social e à saúde, cria-se políticas e práticas específicas para o idoso. Mudanças localizadas em pequenos espaços da vida social são amplamente divulgadas nos textos impressos e veículos eletrônicos.

Como aparece esta necessidade de se estabelecer uma memória social sobre o envelhecimento, presente nos textos científicos, materiais midiáticos e das instituições, entre outras áreas? Por que as reflexões sobre o envelhecimento se tornam cada vez mais parte do cotidiano das pessoas?

“As mulheres que chegaram à maturidade já não repetem o modelo de idosas de outras gerações”. Desta maneira, inicia-se a reportagem na coluna “Viva Mais e Melhor” que se caracteriza como voltada para o público idoso, publicada do jornal carioca de grande circulação *O Dia* (CABRAL, 2004 - ver anexo).

A matéria é um exemplo de como hoje busca-se nos discursos transformar os sentidos relacionados às formas de envelhecer. Falar sobre um passado significa tratar de alteridades, mudanças. Falar sobre as “formas de envelhecer” hoje é, muitas vezes, fazer implicitamente uma referência a um passado. Na reportagem, trata-se do envelhecimento em oposição a outras gerações. No exemplo da “nova idosa”, uma aposentadoria significa algo próximo de “retirar-se para seus aposentos” - como sugere uma possível etimologia da palavra - e aguardar o fim da vida. Escolhe-se de que passado se deseja falar em função do que se deseja afirmar no presente. Envelhecer hoje não é o mesmo de antes e as possibilidades de construir formas próprias de gestão do envelhecimento são muitas, embora sejam limitadas. O texto exemplificado faz parte daquele conjunto de textos que socializa os discursos sobre o envelhecimento e torna pública a questão da intimidade.

O discurso da “nova idosa” mostrado na reportagem do jornal carioca faz parte de um conjunto de discursos que enfatizam como os mais velhos se sentem hoje menos constrangidos em afirmar sua sexualidade e suas necessidades de lazer, entre outras. No texto, Neusa Badauê, aos 72 anos, “jura que não se sente velha” e conta, “discretamente” que mora com o namorado. A porta-bandeira Dodô da Portela diz que tem 84 anos de vida e 69 de carnaval. Desfile em escola de samba ou namorar são “estilos de vida” no sentido atribuído por Giddens como possibilidades de escolha e de “empoderamento” que direcionam o “projeto reflexivo do eu” de Neusa e Dodô.

Ao se apropriar desses discursos sobre a “nova idosa” e de uma coluna voltada para o envelhecimento, a instituição “jornal” se responsabiliza pela difusão de um saber técnico sobre o envelhecimento que se relaciona com as identidades sociais. Neusa Badauê e Dodô da Portela são exemplos “do novo perfil da mulher madura: ativa, saudável e consciente de seus direitos e papel social”, como aponta-se na reportagem.

Quando Neusa e Dodô contam suas histórias pessoais para o(s) jornalista(s), elas representam a participação das esferas íntimas na negociação de mudanças discursivas mais amplas. Elas negociam, não apenas com os jornalistas, mas com uma ampla gama de vozes que estão presentes na memória social sobre o envelhecimento. No momento em que depõem, Neusa Barauê e Dodô da Portela refletem internamente questões relacionadas às mudanças sociais e culturais nas identidades de gênero e nas classificações por idades. Grande parte dos leitores o faz também no momento em que interpreta o texto sobre o envelhecimento e pode mobilizar conteúdos relacionados à construção de sentidos sobre o projeto de vida.

Hoje, os materiais da publicidade, do jornalismo ou das relações públicas que falam sobre o envelhecimento sugerem uma afinidade entre os interesses das idades mais avançadas e os da juventude (DEBERT, 1999). Eles estão relacionados ao fato de que cada vez mais, em ambas as fases da vida, pensa-se em termos de “projetos de vida”, relacionados ao curso de vida.

Voltemos ao discurso da “nova idosa”: elas querem namorar, dançar, trabalhar. Não é à toa que na reportagem mostrada, como em outros materiais institucionais, fala-se sobre a busca da pessoa de idade avançada por atividade, sociabilização, promoção da saúde e da sexualidade entre outras coisas. Nesse contexto de mudanças discursivas, o pessoal e o público se tornam parte de um mesmo movimento político que reivindica transformações na intimidade - tanto para os grupos que envelhecem, quanto para as mulheres, quanto para outros grupos com menor poder nas relações sociais.

Porém, ao mesmo tempo, esses movimentos fazem parte dos processos de institucionalização crescente, entre os quais está a institucionalização do curso de vida em idades cronológicas, que aumenta a ênfase na trajetória do “eu” que necessita ser pensada reflexivamente (GIDDENS, 2002), ou seja, nas próprias situações de ação. Essa “trajetória do eu” é reforçada nas práticas sobre o envelhecimento.

“Ameaçada assim pela efervescência dos seus, a família tradicional sofre igualmente o choque de fatores externos. A obsolescência das técnicas e dos saberes aniquila as possibilidades de transmissão. Há ruptura em todas as formas de transmissão de “capital”, seja ele econômico, social, cultural ou simbólico. Virtualmente não se transmite mais quase nada aos filhos: nem fortuna, nem profissão, nem crenças, nem saberes. Os pais fazem triste figura diante dos novos meios de comunicação, como a informática, que seus filhos dominam de olhos vendados. A desigualdade de saberes deixou de

ser de cima para baixo: basta ver o número de adultos que frequentam cursos universitários. Os pais perderam seus papéis de iniciadores do saber de que os filhos precisam, o que altera profundamente o relacionamento familiar. Estamos condenados a inovar”. (PERROT, *op. cit.*, p. 80)

Barros (2003) conta, a partir da perspectiva antropológica, a história de um grupo de idosas que reconstrói seus próprios projetos de vida ao se perceber na “última etapa da vida”. Assim como Scharfstein (2003) pesquisou, com o viés da lingüística, a reconstrução do discurso da auto-identidade de uma idosa ao entrar para a universidade da terceira-idade. Ao perceber que ainda havia tempo para reconstruir seu projeto de vida no que consideram a última etapa da vida, as personagens mostradas por Barros e Scharfstein reafirmam as práticas discursivas relacionadas à institucionalização do curso de vida, com começo, meio e fim. Valorizam também o conhecimento internamente referido sobre si mesmo, constantemente refeito no dia-a-dia. Fenômeno este chamado por Giddens de reflexividade.

A questão da subjetividade ganha uma importância central nos estudos sobre a modernidade tardia. Não falo de “subjetividade” como um tratamento do “indivíduo” como entidade fechada e isolada de outros, mas como esse “projeto reflexivo”, a construção de si mesmo que se transforma e que é feita através da socialização dos discursos e das práticas.

Os processos de institucionalização se estendem cada vez mais à dimensão da auto-identidade e das formas de relacionamento interpessoal, ou seja, à intimidade. Somos mais dependentes da negociação de novos conhecimentos nas próprias situações de ação, o que inclui tanto a esfera pública, do trabalho, como a construção do “eu” e dos relacionamentos pessoais. A construção da auto-identidade está sendo cada vez mais transformada em um projeto reflexivo, que deve ser constantemente representado e revisto nas situações de ação, nas diferentes arenas, público e privada, em função, entre outras coisas, das mudanças nas relações dos indivíduos com as instituições.

A própria palavra “geração” ganhou novos significados e hoje é atribuída não tanto à sucessão familiar - avô, pai, filhos, por exemplo -, mas aos estilos de vida que são vivenciados pelos indivíduos de faixas etárias próximas, por exemplo, a geração anos 60 ou 70. A articulação entre os processos de institucionalização e a construção de “auto-identidades” mostra como as representações sociais são cada vez mais retrabalhadas em função de necessidades surgidas nas práticas sociais.

Paralelamente à expansão dos processos de institucionalização do curso de vida em etapas, está à necessidade dos grupos de se aumentarem o poder de fazer crer e fazer ver em seus discursos ou ganhar maior “empoderamento” (BOURDIEU, 1996). Segundo Fairclough, isso ocorre porque os indivíduos são cada vez mais exigidos em termos de “projetos de vida”, de gerenciamento do “eu”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, Myriam L. B. “Testemunho de vida: um estudo antropológico de mulheres na velhice”. In: _____ (org). *Velhice ou terceira idade? Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política..* 3 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer.* (S. Miceli et.al.Trad.). São Paulo: EDUSP,1996.

CABRAL, Sérgio. “Elas roubam a cena”. *Jornal O Dia.* Rio de Janeiro, 8 de março de 2004. Geral. p. 7.

CLASTRES, P. “Da tortura nas sociedades primitivas”. In: _____. *A sociedade contra o Estado.* 4ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988. P. 123 - 131.

COSTA, I. T. M. Memória institucional e representação: da árvore ao rizoma. In: Lemos, M.T.T.B.; Barros, L.F.P. de (org). *Memória, representações e relações interculturais na América Latina.* Rio de Janeiro: UERJ, NUSEG. UERJ, INTERCON, 1998. p.105-116.

DEBERT, Guita Grin. “A antropologia e o estudo dos grupos e das categorias de idade”. In: *Velhice ou terceira idade? Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política.* BARROS, Myriam M. L. (org). 3 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

_____. *A Reinvenção da Velhice: Socialização e Processos de Reprivatização do Envelhecimento.* São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp; 1999. 253p.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social.* Brasília: Ed. da UnB, 2001.

FORTES, Meyer. *Age, Generation and Social Structure.* In: KERTZER, D. & KEITH, J.. (orgs). *Age and Anthropological Theory.* Ithaca, Cornell University Press, 1984. *Apud* DEBERT, Guita Grin. *A Reinvenção da Velhice: Socialização e Processos de Reprivatização do Envelhecimento.* São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp; 1999. 253p.

FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas.* Rio de Janeiro: Nau Ed. 1996. P. 79 - 126.

_____. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, Vozes, 1987. 288p.

_____. *História da sexualidade: a vontade de saber*. v.1. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

GIDDENS, Anthony. *A transformação da intimidade*. São Paulo: Ed. UNESP, 1993.

_____. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

GOFFMAN, Ervin. Identidade social. In: - _____. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4ª ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1988, p. 7 -50.

PERROT, Michelle. “O nó e o ninho”. In: Harazim, D. (org.) *Veja 25 anos: Reflexões para o futuro*. São Paulo: Editora Abril, 1993. p. 74 - 81.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 10, p. 200-215, 1992.

_____. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 10, p. 3-15, 1988.

SCHARFSTEIN, Eloisa A. “Do desamparo ao sonho: a reconstrução da identidade social de uma aluna idosa”. In: MOITA LOPES, Luis P. *Discursos de identidades - discurso como espaço de construção de gênero, sexualidade, raça, idade e profissão na escola e na família*. Campinas: Mercado das Letras, 2003. p. 39 - 65.